



Conflitos e Convergências da Geografia 2

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-333-0
DOI 10.22533/at.ed.330191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia urbana. I. Ferreira,
Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nesse segundo volume da Coletânea – “Conflitos e Convergências da Geografia”, publicado pela Atena Editora, realçamos o compromisso inalienável para um debate plural e democrático a partir de diferentes análises geográficas centradas no Brasil. Trata-se de vinte e quatro contribuições oriundas de quinze estados brasileiros, os quais estão vinculados à vinte e uma instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação. No decorrer desse volume as reflexões propostas pelos autores retratam um panorama sobre Geografia Urbana e sua relação e interação com os Estudos Ambientais, Geotecnologias e Cartografia e as possibilidades de inclusão enfatizando o Ensino de Geografia.

Nesse contexto, as discussões e proposições sobre a urbanização, planejamento e normatização do território, segregação socioespacial, uso do espaço público, segurança e insegurança pública, desigualdades sociais, vulnerabilidade socioambiental, mobilidade urbana, acidentes de trânsito, mercado imobiliário, inundações e dinâmica fluvial, permitem inferir a relevância das pesquisas e seus desdobramentos para compreensão de diferentes realidades que convergem ao refletirmos sobre os desafios atuais do planejamento urbano e ambiental no país, cujo direito à moradia digna e a cidade são violados cotidianamente.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos que desvendem os caminhos e descaminhos para compreender a realidade brasileira e sua indissociável conexão no bojo da mundialização.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E A NORMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO NO RIO GRANDE DO NORTE	
Matheus Lucena de Macedo Guedes Celso Donizete Locatell	
DOI 10.22533/at.ed.3301915041	
CAPÍTULO 2	13
OS ESPAÇO OPACOS CAICOENSES: DISCUTINDO A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO NOVA CAICÓ	
Iapony Rodrigues Galvão Djalma Amâncio da Silva Neto Lucas Henrique Lima Alves Ricardo Araújo de Lemos	
DOI 10.22533/at.ed.3301915042	
CAPÍTULO 3	22
CONDOMÍNIOS CLUBE EM TERESINA/PIAUÍ: PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E (DES) TERRITORIALIZAÇÃO DA CIDADE	
Elisabeth Mary de Carvalho Baptista Edileia Barbosa Reis	
DOI 10.22533/at.ed.3301915043	
CAPÍTULO 4	32
AS MULTITERRITORIALIDADES NA PRAÇA DA BANDEIRA-CAMPINA GRANDE- E SUAS INFLUÊNCIAS NO DEBATE SOBRE A CONCEPÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO	
Leticia Barbosa Bomfim Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915044	
CAPÍTULO 5	41
TERRITÓRIOS DO MEDO: UMA ANÁLISE SOBRE A SENSACÃO DE INSEGURANÇA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE CAMPINA GRANDE	
Pedro de Farias Leite e Silva Xisto Serafim de Santana de Souza Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.3301915045	
CAPÍTULO 6	56
UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DO CENTRO COMERCIAL DE SUMÉ-PB DIANTE DO ATUAL CONTEXTO LOCAL/REGIONAL	
Gustavo dos Santos Costa Lincoln da Silva Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.3301915046	
CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DO CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO PARA CIDADE DE SOBRAL-CE	
José Antônio Alves Lino	

DOI 10.22533/at.ed.3301915047

CAPÍTULO 8 75

VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL À DENGUE NO RECIFE – PE

Caio Américo Pereira de Almeida

Rafael Silva dos Anjos

Henrique dos Santos Ferreira

Ranyére Silva Nóbrega

DOI 10.22533/at.ed.3301915048

CAPÍTULO 9 83

A IMPOSSIBILIDADE DA OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA COMO UM INSTRUMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DE REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: UM ESTUDO DE CASO DA OUC-ACLO REALIZADA PELA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

Pablo Maia Barbosa

Linda Clara Oliveira Pontes

DOI 10.22533/at.ed.3301915049

CAPÍTULO 10 92

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO DIANTE DO LIMITE ESTRUTURAL DO CAPITAL: RENDA DA TERRA URBANA, AMBIENTE CONSTRUÍDO E DESSUBSTANCIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

DOI 10.22533/at.ed.33019150410

CAPÍTULO 11 105

O BRT COMO UMA ALTERNATIVA PARA A MOBILIDADE URBANA: O CASO BOGOTÁ E DO RIO DE JANEIRO

Ricardo Maia de Almeida Junior

Renato Paiva Rega

Saullo Diniz dos Santos Macedo

Felipe da Rocha Santos

DOI 10.22533/at.ed.33019150411

CAPÍTULO 12 115

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – ÁFRICA

Ester Tomás Natal Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.33019150412

CAPÍTULO 13 127

A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE JARAGUÁ DO SUL-SC NO PERÍODO DE 2012 À 2015

José Roberto Machado

Larissa dos Santos

Pamela Aline Gorges

DOI 10.22533/at.ed.33019150413

CAPÍTULO 14	140
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA: OS MOTIVOS DA SUA PROCURA SEGUNDO SEUS USUÁRIOS	
José Roberto Machado	
DOI 10.22533/at.ed.33019150414	
CAPÍTULO 15	157
O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM A DENSIDADE DA ARBORIZAÇÃO NO CENTRO DE PONTA GROSSA – PR	
Sandra Stocker Kremer Tadenuma Silvia Meri Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.33019150415	
CAPÍTULO 16	166
ESPAÇO, TERRITÓRIO E LAZER: UM ESTUDO SOBRE A LAGOA MAIOR EM TRÊS LAGOAS/MS	
Matheus Guimarães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.33019150416	
CAPÍTULO 17	179
PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO EM UMA CIDADE MÉDIA: ANÁLISE DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-PMCMV EM DOURADOS-MS	
Lidiane Cristina Lopes Garcia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.33019150417	
CAPÍTULO 18	186
NOVAS ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MACAPÁ-AMAPÁ	
Eliane Aparecida Cabral da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150418	
CAPÍTULO 19	194
ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: UM OLHAR SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO SUDESTE GOIANO	
Raul Castro Brandão Estevane De Paula Pontes Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.33019150419	
CAPÍTULO 20	202
OS EVENTOS DE INUNDAÇÕES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ITABAPOANA – RIO DE JANEIRO, BRASIL	
Yago de Souza Verling Vinicius de Amorim Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150420	

CAPÍTULO 21	215
ABORDAGENS SOBRE A DINÂMICA FLUVIAL E DE SEDIMENTOS DO RIO TABOCO EM MATO GROSSO DO SUL	
Rennan Villhena Pirajá Diego da Silva Borges Mauro Henrique Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.33019150421	
CAPÍTULO 22	231
GEOTECNOLOGIAS E MAPAS ONLINE: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICAS SOBRE NOVAS POSSIBILIDADES DE REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICAS	
José Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 23	239
O USO DA CARTOGRAFIA TÁTIL COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA OS DEFICIENTES VISUAIS	
Mateus Gouveia Alves Divino José Lemes de Oliveira Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues Heider Danilo de Oliveira Bruno Nascimento Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.33019150422	
CAPÍTULO 24	246
O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL (DI) E AS DIFICULDADES DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA. UM ENSAIO	
Dayane Caroline Gomes da Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.33019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	256

ESCOLAS SITIADAS E NOVO URBANISMO MILITAR: UM OLHAR SOBRE MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS NO SUDESTE GOIANO

Raul Castro Brandão

Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão
Programa de Pós Graduação em Geografia.
Catalão -Goiás

Estevane De Paula Pontes Mendes

Universidade Federal de Goiás-Regional Catalão
Programa de Pós Graduação em Geografia.
Catalão -Goiás

RESUMO: Este artigo é parte de pesquisa em curso empreendida pelos autores, em desenvolvimento no programa de pós-Graduação em Geografia, sobre o Urbanismo Militar, na ótica da militarização das escolas públicas do Estado de Goiás. Discutimos qual o ordenamento territorial de uma política pública voltada à vigília e punição via disciplina, investiga a relação entre o novo urbanismo militar e a transposição dessa política urbana às escolas, através da militarização das unidades que desemboca na militarização das cidades. Ocorre, que diferentemente da agora grega, onde a participação política era elemento fundamental da compreensão do que se entendia como o ethos do cidadão, e exercício da cidadania, as cidades brasileiras e as escolas, tem rumado no sentido distanciamento dessa cidadania, à medida em que se formam escolas fortalezas, em que ao invés de cidadãos, participativos, temos o

fomento de indivíduos treinados para enfrentar a guerra externa. Assim, as cidades se tornam a partir da doutrina de segurança, configurações espaciais securitárias, onde ideia de controle da segurança estrutura o espaço urbano, e, em nosso caso, se desdobra na educação. Discute-se a dominação social da ordem dos discursos nas diferentes espacialidades, através da educação. Nesse sentido, investigar como a arquitetura da segurança, que desemboca numa época de pós-política, como o complexo Industrial Militar, e a subsequente securitização da vida urbana, refletem a guerra transposta à cidade, reverbera num ordenamento territorial de exclusão sócio espacial, caracterizada pela negação à política, bem como ao direito à cidade, numa configuração Heterônoma que conflua na militarização dos espaços escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo Militar, Militarização Escolar, Cidade.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente a construção dos serviços educacionais no Brasil, foram forjados em tempos de conflitos sociais, desde os tempos da Ditadura Civil Militar, quando do fomento das LDBs, às reformas curriculares em curso pós crise política, iniciada com o processo de impedimento da ex presidente Dilma Rousseff.

Consideramos a escola como uma espacialidade transformadora, que dê conta de oferecer os elementos culturais, filosóficos, políticos, para a formação de cidadãos críticos, autônomos e ativos politicamente, no entanto, alguns enclaves tem ecoado como impedimento a essas aspirações, num processo político engendrado pelos diversos setores políticos e econômicos para a manutenção dos poderes hegemônicos, onde a educação é alvo direto desses processos

Os discursos e práticas neoliberais, como o consenso de Washington, política recomendada pelo banco mundial aos países da América Latina, assim como o recente relatório do Banco Mundial que recomenda a privatização do ensino superior, como mecanismo de austeridade e de enxugamento da máquina pública, soma-se à Pec. 241 aprovada em 2016, que congela os gastos públicos em saúde e educação por vinte anos, do mesmo modo, assiste-se o conservadorismo em ascensão, pós levante popular de junho de 2013,

Durante junho de 2013, o ideário coletivo foi bombardeado com clamores políticos conservadores e adeptos do fascismo, discursos e cartazes pedindo a intervenção militar, junto ao escracho público de pensadores como Paulo Freire, acusado de uma possível doutrinação ideológica marxista, compunham esse cenário ufanista e nacionalista que viria a desembocar na problemática que desenvolveremos mais adiante. Cerca de um ano após os protestos sociais que provocaram uma catarse política, levando a então presidente a atender as demandas das ruas, ocorreu a eleição, esta, que elegeu um dos parlamentos mais conservadores do país, o embrião do desmantelamento das políticas sociais e a ascensão do conservadorismo eclodiu.

A investida da bancada evangélica contra o que chamaram de Kit Gay, (material utilizado pelo governo Federal no combate à homofobia e outras práticas), tamanha a polêmica levou à suspensão do material. Concomitante à aprovação do impeachment, ganhou força o projeto escola sem partido, que impõe uma suposta imparcialidade com relação aos assuntos discutidos em sala de aula, no intuito de garantir a neutralidade do exercício docente, o que fere os princípios da autonomia do professorado.

O Estado de Goiás, e toda sua hereditariedade hierárquica se destaca na vanguarda do conservadorismo e efeitos consequentes nas políticas públicas, em especial na educação, dentre elas o repasse da administração das escolas públicas para as Organizações Sociais, o que desencadeou toda uma onda de ocupações dos colégios públicos do Estado, ações frutos de abusos e truculência pelo braço armado do Estado.

Não bastasse a executividade da ação policiaisca na contenção de “ distúrbios sócias, protestos, conflitos de terra, coerção e violência nas comunidades carentes pelo país, houve o anúncio de que até o final de 2014, sob o argumento da redução da violência e melhora no desempenho dos educandos, cerca de 60 escolas da rede pública seriam repassadas à Polícia Militar, decisão essa nos leva a refletir sobre os reais interesses por trás dessa transferências e quais os sentidos políticos, pedagógicos, ideológicos e sociais por trás dessa política público privada militarizante .

Estruturado a partir de uma pesquisa em curso em fase de fundamentação teórica, este artigo tem como mote, trazer a educação para o centro do debate sobre a militarização da sociedade. Por isso, através levantamento bibliográficos, notícias em órgãos oficiais e mídias alternativas, (mesmo por que ainda não conseguimos acessar o ambiente escolar), busca refletir quanto a: qual a configuração do Direito à Cidade (ou a ausência deste), e entendendo a Educação como um desses direitos, no cenário de militarização das escolas? Transferir o trabalho pedagógico aos agentes de segurança, quais os desdobramentos disso na formação dos professores? Qual o ordenamento territorial de vigília e punição, Investigar a relação entre o Novo urbanismo militar e a transposição dessa política urbana às escolas, através da militarização das unidades.

2 | DIREITO À CIDADE E EDUCAÇÃO NA MIRA DA POLÍCIA MILITAR: APONTAMENTOS INICIAIS

Estruturadas através da parceria técnico-pedagógica entre as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e Educação, junto as subsecretarias de ensino, atendem estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, em todos os períodos, a partir de uma lógica pedagógica rígida, hierárquica, pautada na disciplina individual e coletiva, onde relatos de violência e de abusos cometidos pelos policiais são frequentes.¹

O que nos leva a algumas inquietações, quais os valores num processo educativo coordenado por agentes de segurança pública? O processo educativo é voltado à formação ou ao adestramento? Qual o clamor coletivo que levam os pais e familiares a desejarem a educação dos filhos nessas instituições. Num processo de administração policial, marcada pela ausência de diálogo, numa gestão centralizada, que tolhe a participação política dos envolvidos. A escola se torna o ambiente de reprodução da lógica autoritária, onde os mesmos alvos, a juventude negra, é alvo dentro e fora da escola.

Indo de encontro aos projetos de militarização encontrados nas cidades e atendendo à demanda social por soluções instantaneísta, e eficazes para os imbróglis da educação, o fenômeno mostra ter encontrado nas escolas uma oportunidade não apenas de manifestação, como também de gestação de novos reprodutores dessa lógica

Assim, surgem as escolas fortalezas, voltadas à formação dos educandos ao combate, e enfileiramento para a guerra nas cidades, e não no sentido da dissolução do uso da violência. Sendo assim, o Estado, ao invés de propor a redução do uso da violência, apregoa esse valor, que ecoa o impedimento da participação política, acreditamos, o Estado (ao menos de acordo com a constituição) deveria suprimir e não fomentar a violência, o que, em certa medida, nega ao nosso entendimento, o Direito à Cidade.

Sobre o entendimento de Direito à cidade, HARVEY, salienta:

(...) O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY. Pág. 74. 2012)

Concordando com o autor, nós temos o direito de, para além das aspirações liberais e individuais, de transformar, participar do processo dinâmico de urbanização, não somente compondo o quadro demográfico, étnico e multicultural estatístico, mas, construindo e reconstruindo a cidade, num processo de construção mútua e una, pois, nós somos a cidade. Mais do que a forma estruturalista, geométrica, planificada, e seus fluxos, existe trabalho, experiência, sonho, projeção, aspiração e sentir no existir nessa estrutura espacial denominada cidade.

Ocorre, que diferentemente da agora grega, em que a participação política era elemento fundamental da compreensão do que se entendia como o ethos do cidadão, e do exercício da cidadania, as cidades brasileiras, e ao nosso entendimento as escolas, tem estado rumado no sentido distanciamento dessa cidadania, à medida em que se formam escolas fortalezas, em que ao invés de cidadãos, participativos, temos o fomento de indivíduos treinados para enfrentar a guerra externa.

Essa lógica dialoga com tendências contemporâneas de militarização do conflito urbano nas metrópoles. Denominada por GRAHAM, como o novo urbanismo militar, que a rigor se materializam também em cidades média e pequenas, as tecnologias de controle vêm em pacotes globais, com zonas de exclusão, drones, vigilância e gestão de multidão. A Copa do Mundo e as Olimpíadas são exemplos de vetores dessas tendências, não obstante, dispostos jurídicos de Exceção, Lei Anti Terrorismo, sistemas de vigilância eletrônica como aponta

Crucialmente, tais efeitos boomerang que ligam a segurança e a doutrina militar nas cidades do Ocidente com aquela nas periferias coloniais, são apoiadas pelas geografias culturais que sustentam a direita e a extrema-direita políticas, juntamente com comentaristas receptivos a intervenções militares dentro dos próprios exércitos ocidentais. Estes tendem a julgar as cidades como espaços intrinsecamente problemáticos per se - os principais locais onde se concentram atos de subversão, resistência, mobilização, dissensão e protesto que colocam em causa a segurança nacional dos Estados. (GRAHAM, 2012, s/p).

Assim, as cidades se tornam a partir da doutrina de segurança, configurações espaciais securitárias, onde ideia de controle da segurança estrutura o espaço urbano, e, em nosso caso, se desdobra na educação.

3 | ALICERCE DE UMA ESPACIALIDADE MILITARIZANTE: DA MILITARIZAÇÃO

DAS CIDADES À MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS:

Na contemporaneidade, a cidade, enquanto materialização geográfica do público, é um espaço privilegiado de manifestação da pluralidade e, ao mesmo tempo, de defesa da alteridade, ou seja, da ocorrência de igualdade na diversidade, próprias do que se prima por espaço urbano. Categorias e conceitos como cidadania, participação direta, diferença, justiça social, liberdade e autonomia apresentam-se imprescindíveis centrais nos estudos sobre as cidades que enfatizam as lutas pela emancipação social, alocando para a discussão o conceito de direito à cidade. Harvey enxerga o direito à cidade como:

(...) muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização. (HARVEY, 2014, p.28).

A literatura campo das ciências humanas, em especial no campo da Geografia, é vasta nas discussões sobre urbanização, cidades, processos de produção da cidade no capitalismo, e vem tomando força, estudos que vão de encontro à ideia de coletividade, apropriação e por que não, da reinvenção do espaço urbano, tendo como pilares a questionável e ao mesmo tempo importante democracia participativa, voltada aos clamores de diferentes setores sócias, em destaque, os movimentos sociais, de direito à moradia, à mobilidade urbana, ao direito à cidade, entre outras bandeiras.

Importantes agentes escultores do espaço no Brasil, tanto nas cidades como no campo, pensar o futuro e o passado das cidades, passa pela consideração das resistências e mobilizações populares, em que se destacam os movimentos sociais (Souza, 2013, s.p)

Num sentido contrário às políticas de promoção de justiça social e de experiências de vivência coletiva bem como do fazer político nas cidades, o ressurgimento das políticas neoliberais, junto com o discurso da segurança pública, da gestão do medo, da criminalização da questão urbana, num cenário de ascensão de ideias conservadoras, autoritárias e, anti democráticas e conservadoras, tem em certa medida, indo na direção do impossibilitar o ser e fazer público e político, numa economia da segurança, da criminalização e judicialização das questões sócias, em que a política possível é a repressão, a hierarquia e negação da pluralidade, tomado pela exceção como regra instituinte. Como destaca VAINER,

A cidade de exceção se afirmar, pois, como uma forma nova de regime urbano. Não obstante o funcionamento (formal) dos mecanismos e instituições típicas da república democrática representativa, os aparatos institucionais formais progressivamente abdicam de parcela de suas atribuições e poderes. A lei torna-se passível de desrespeito legal e parcelas crescentes de funções públicas do estado

são transferidas a agências “livres de burocracia e controle político”. (Wainer, 2010 p. 10 .)

A cidade aparece então não só como palco onde se desenrolam os processos políticos, econômicos e sociais, ela é reflexo e produto da sociedade, modelo espacial, condição necessária ao modelo de civilização impresso, como também, insurgências e rupturas e quebras da ordem estabelecida. Brandão, 2016 (..) Ocorre que um discurso policesco, munido do argumento da justiça, da impunidade e da segurança pública, na busca de identificar o “inimigo público”, a ser combatido, destruído, tem dado a tônica do funcionamento da ordem política, ordem da militarização, tem-se a criminalidade televisionada e a subsequente produção de imagem da vida cotidiana como estratégia para a militarização.

Nesse sentido , a securitização da vida urbana, a transferência de tecnologias de guerra, testadas em campos de batalha e na guerra de combate ao “ Terror por parte do governo do Estados Unidos , bem como todo um pacote do complexo industrial militar , tem se configurado e territorializada na arquitetura e funcionalidade da cidade, com seus drones, vigilância , checkins , alimentam a economia a segurança , num ordenamento territorial de exceção das ordens jurídicas , das políticas públicas e sociais . À guisa de menção, as políticas da lei antiterrorismo, a suspensão de direitos de manifestação, limite de acesso à dadas regiões estratégicas da cidade, não obstante, o avanço das políticas bélicas, hierárquicas e militarizante aos ambientes escolares, como assinala Souza. 2010

A (re)produção ampliada dos sentimentos de medo e insegurança da população é indescolável, do tripé constituído pelo mercado da segurança (que fabrica armas, vende carros com blindagem especial e oferece uma legião de vigilantes particulares, mas também constrói “condomínios fechados”, shopping centers e outros símbolos da autosegregação da elite e da classe média alta), pelo sistema político-eleitoral (que cada vez mais explora o medo do eleitorado, seja em relação ao terrorismo – como nos Estados Unidos -, seja em relação à criminalidade violenta ordinária – como no Brasil) e pelo mercado da informação. (Souza. s/p2010)

Cidades moduladas expressam a nova cartografia urbana, cartografia mundial essas, caótica e bélica, constituem nas palavras de Ianni” a mais fantástica obra de arte do mundo “ transpõe a escala de grandeza cósmica e universal e imprime na paisagem a sombra da configuração do homem.

Enquanto ideias difusas e abrangentes sobre “segurança” se infiltram e influenciam virtualmente todos os aspectos da política pública e da vida social, estes complexos industriais securitários emergentes trabalham em conjunto nos desafios altamente lucrativos de perpetuamente alvejar atividades, espaços e comportamentos quotidianos nas cidades e nas circulações que os ligam entre eles. A proliferação de guerras que sustentam uma permanente mobilização e prevenção, uma ubíqua vigilância dentro e fora das fronteiras terrestres, a qual significa que, como refere Giorgio Agamben, o imperativo da “segurança” agora “impõe-se ele próprio como princípio básico da atividade estatal”. GRAHAM, 2012, s/p)

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse ideário de securitização da vida pública, da produção de uma espacialidade militar, vinculado status da insegurança pública, estende a ofensiva governamental da militarização da escola oferecendo a como forma de resolução da crise e violência urbana, onde o encarceramento e criminalização da juventude é tida como solução. Os sentidos e “alvos”, dessa militarização, nessas configurações espaciais securitárias, rumam em direção ao controle da segurança estruturando o espaço urbano, numa cidade cada vez mais voltada à política liberal, consumada como mercadoria, ora via indústria da segurança, ora escola militar.

A despeito de nossa crítica ao modelo de militarização das escolas públicas no Estado, vale destacar que, nos situando no campo do pensamento libertário, não depositamos esperança numa educação ideal, proporcionada e oferecida pelo Estado, no entanto nem a educação minimamente proposta, no sentido da formação para o mercado de trabalho, tem sido levada a diante, o que se vê é uma guinada ao conservadorismo, à hierarquia e adestramento; “O anarquismo é a arte de se cultivar e cultivar aos outros, para que os homens possam governar e gozar –se e instituir para revoltar. (Chambat,2006).

Contraditoriedade essa aparece a cidade e o urbano como paisagem e síntese das contradições da modernidade, constituindo se enquanto forma, produto – e produção: essas cidades expressam a nova cartografia urbana, estruturada através do discurso da segurança pública, da gestão do medo, da criminalização da questão urbana uma constante valorização e culto ao imperativo da segurança.

Esse novo urbanismo é alicerçado via territorialização de estruturas de dominação e controle, onde a violência estrutural do Estado aparece enquanto elemento social preponderante, associada à lógica neoliberal bem como do embrião profascista e autoritário subsequentes e suas manifestações e modulações individuais e coletivas, materiais e espirituais.

Assim, compreendemos a territorialização em curso, do processo de militarização das escolas públicas no estado de Goiás implica também, em um processo de ordenamento urbano e territorial imbricado. Acreditamos que a construção de uma sociedade justa, igualitária e autogestionada, perpassa a superação e enfrentamento dessa” onda conservadora e autoritária ascendente na sociedade brasileira, está cada vez mais gesta suas sementes em um seio onde deve se gestar a revolta, a autonomia e a emancipação social, sendo assim, um novo fazer político, urbano e societário perpassa a combatividade a esses processos e modelos de unidades escolares e urbanos.

REFERÊNCIAS

CHAMBAT,). **Instruir para revoltar**. Trad. Plínio Coelho, São Paulo. 2006

GRAHAM, Stephen. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. Londres : Verso, 2010

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MONGIN, O. **A condição urbana: a cidade na era da globalização**. São Paulo: Liberdade, 2009.

SOBREIRA. **A Pedagogia Anarquista e ensino e geografia: conquistando cotas de liberdade**. FCT. Unesp Presidente Prudente. 2009 . Tese de Doutorado. 344 pag.

SOUZA, M. L. de; **A “reconquista do território”, ou: Um novo capítulo na militarização da questão urbana**. 03 dez. 2010. Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=32598>>.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Cidades brasileiras, junho de 2013: o(s) sentido(s) da revolta**. 2013. Disponível em: <http://passapalavra.info/2013/07/80798>. Acesso em: 22 de março de 2014.

_____, **A prisão e a ágora**. Reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro; Bertrand, 2006.

_____, **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2006.

_____, **Fobópole**. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2008.

VAINER, Carlos. Pátria, Empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano. In: ARANTES et al. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

¹ <http://g1.globo.com/goias/noticia/2015/03/policiais-militares-e-estudantes-brigam-dentro-de-escola-em-go-veja.html>

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia - "Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia -UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018), entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-333-0

